

HISTÓRIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

HISTORY OF THE INTELLIGENCE SERVICE OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS

Gustavo de Melo e Silva ^{*}
Leon Denis da Costa ^{**}

RESUMO

O artigo aborda a história do Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás, utilizando o método de pesquisa de campo por meio de entrevistas com policiais da Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás. O objetivo geral é explorar e descrever a evolução do serviço, desde sua criação até a situação atual, visando compreender seu papel na segurança pública do estado. O trabalho também busca contextualizar a origem e importância do Serviço de Inteligência no cenário mundial, nacional e estadual, revisando brevemente a origem da Polícia Militar no Brasil e a criação da instituição em Goiás.

Assim como, descrever a história do Serviço de Inteligência com base em documentos institucionais e relatos de policiais, além de registrar imagens atuais da unidade, suas insígnias e área geográfica de atuação. O artigo visa destacar as principais contribuições do serviço para a segurança pública goiana.

Palavras-chave: História. Serviço de Inteligência . Polícia Militar.

ABSTRACT

The article addresses the history of the Military Police Intelligence Service of the State of Goiás, using the field research method through interviews with police officers from the Military Police Intelligence of the State of Goiás. The general objective is to explore and describe the evolution of the service, from its creation to the current situation, aiming to understand its role in the state's public security. The work also seeks to contextualize the origin

* Aluno do Curso de Formação de Praças PMGO, Turma M, Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: gmelo7679@gmail.com

** Tenente-Coronel PMGO. Professor Titular da Especialização em Polícia e Segurança Pública. Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública e Mestre em Sociologia. email: leondenis1978@gmail.com.

and importance of the Intelligence Service on the global, national and state scene, briefly reviewing the origin of the Military Police in Brazil and the creation of the institution in Goiás.

As well as describing the history of the Intelligence Service based on institutional documents and reports from police officers, in addition to recording current images of the unit, its insignia and geographical area of activity. The article aims to highlight the main contributions of the service to public security in Goiás.

Keywords: History. Intelligence Service. Military police.

1 INTRODUÇÃO

Com os enormes e diversos avanços tecnológicos, a digitalização e informatização dos meios de comunicação, serviços, lazer e até mesmo de meios de cometer um crime, deve-se destacar o Serviço de Inteligência, presente desde o Império Romano até os dias de hoje, a atividade da inteligência é de suma importância para Guerras, Estratégias e principalmente no combate à criminalidade no contexto atual da sociedade.

Nesse contexto, explanando o âmbito Nacional, a Inteligência possui a função principal de investigar ameaças reais e potenciais, bem como identificar oportunidades de interesse da sociedade e do Estado brasileiro, e defender o estado democrático de direito e a soberania nacional, exercendo papel fundamental na segurança interna e externa do país.

Dessa forma, insta abordar a história e a organização sistêmica do Serviço de Inteligência da Polícia Militar de Goiás (PM/2), apontando sua importância para os agentes de segurança pública, a Polícia Militar e o Estado de Goiás, para a manutenção da ordem pública e a segurança pública do cidadão goiano, de modo, a exercer um serviço de segurança pública eficaz e seguro para todos.

Conforme sua atuação determina, a PM/2 tem sua atuação, relevância e história de maneira velada aos olhos do cidadão goiano, até mesmo dos militares da própria corporação. Nesse aspecto, é de fulcral importância a abordagem histórica da PM/2, como forma de reconhecimento pelos serviços prestados para segurança pública do Estado de Goiás e para população goiana, promovendo o real reconhecimento de um serviço tão importância para a atuação da Polícia Militar de Goiás.

Além disso, relatar os avanços na atuação da PM/2, haja vista a onda de digitalização e incrementação de novas tecnologias no cotidiano da população após a pandemia, causada pelo

Coronavírus (COVID-19), assim, aumentando ainda mais a importância de um serviço de inteligência de excelência para todas as Unidades da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

Através do interesse do Serviço de Inteligência do Estado de Goiás para a sociedade de goiana na colaboração com a segurança pública através da sua prestação de um serviço público de qualidade, na melhoria da sensação de segurança pública por meio da sua atuação, ora preventiva, ora repressiva à criminalidade, desperta a importância de destrinchar a sua história de criação. Outrossim, a sua significância para preservação do Estado democrático de direito, a sua criação e atuação no cotidiano ao combate ao crime, verifica-se a ausência de um estudo mais aprofundado e específico de sua história, os principais momentos históricos e conquistas no âmbito da instituição e sua situação no contexto atual da Polícia Militar do Estado de Goiás e contribuições operacionais no combate ao crime. Em qual contexto histórico esse Batalhão foi fundado e como se desenvolveu com o passar dos anos de avanços tecnológicos? Quais foram os principais fatos desde a sua fundação até os dias atuais? Qual a conjuntura atual que se encontra a PM/2? Com base nesses questionamentos, pretende-se explorar a trajetória histórica da criação do Serviço de Inteligência do Estado de Goiás.

Explorar e descrever a história do Serviço de Inteligência da Polícia Militar de Goiás a fim de estudar o contexto da sua criação, trajetória, transformação institucional e a situação atual na prestação dos serviços de segurança pública para o Estado é o objetivo geral deste trabalho.

Assim como, abordar a origem e importância do Serviço de Inteligência no contexto mundial, nacional e estadual, revisar sinteticamente a origem da Polícia Militar no Brasil e o contexto de criação da Polícia Militar em Goiás, descrever a história do Serviço de Inteligência a partir dos documentos institucionais e de relatos de policiais militares, registrar as imagens atuais da unidade, suas insígnias, área geográfica de atuação e suas principais contribuições para a segurança pública goiana são os objetivos específicos a serem detalhados no presente artigo.

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem histórica e documental. O método histórico permitirá uma análise cronológica e contextualizada dos acontecimentos, enquanto a abordagem documental se concentrará na coleta e análise de fontes primárias e secundárias relevantes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Antes de adentrarmos no cerne deste artigo, que se propõe a elucidar a história do Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/2), torna-se imperativo contextualizar o significado e a função da instituição policial na sociedade. Esta contextualização abará a definição da Polícia, sua relevância no contexto social, bem como a narrativa do surgimento da Polícia Militar no Brasil e, de forma específica, no Estado de Goiás. Essa fundamentação inicial visa estabelecer um eixo conceitual sólido, propiciando uma compreensão mais abrangente do contexto histórico e institucional que permeia o desenvolvimento do Serviço de Inteligência em questão.

2.1 A DEFINIÇÃO DE POLÍCIA, O SEU SIGNIFICADO, E A FUNÇÃO NA SOCIEDADE

Em primeiro lugar, insta destacar o significado de polícia e policiamento, o seu significado, e a sua função exercida no contexto social, segundo Bayley (2006), o significado de “polícia” se distingue em três conceitos, sendo eles únicos e indissociáveis para sistêmica e completa e correta definição da palavra.

O primeiro elemento necessário definido por Bayley (2006) é a força física, seja ela real ou em forma de ameaça, sendo necessária o seu uso pelos policiais nas suas atribuições cotidianas de serviço, exercendo o poder de polícia, este atribuído pelo Estado constituído, na prevenção e repressão de crimes, como também na preservação da ordem pública.

O uso interno é o segundo conceito, sendo assim, a polícia uma instituição que atua dentro do próprio território nacional, regulando e fiscalizando as relações internas do seu país, haja vista sua clara dicotomia com as forças armadas, esta possui uso externo ao território, ora em missões de guerra ora em missões de paz. Por último, a autorização coletiva, imbuída através do ordenamento jurídico, no caso do Brasil, da própria constituição federal, estas promulgadas através dos legisladores, representantes do povo, por isso, entende-se como autorização da coletividade, essa autorização define suas competências e atribuições no contexto do serviço policial. (BAYLEY, 2006)

Por conseguinte, David Bayley (2006) define a polícia como “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação da força física”. Logo, a polícia se distingue das demais instituições, sendo a única com competência para o uso da força física para regular o comportamento da sociedade interna do seu país, e possuindo autorização legal para tal conduta no uso das suas atribuições de serviço.

Para Egon Bittner (2003), "o policial, e apenas o policial, está equipado, autorizado e

requisitado para lidar com qualquer exigência para a qual a força deva ser usada para contê-la”. Com isso, há a clara afirmação e percepção dos conceitos anteriormente citados, para a sociedade, o policial tem sua presença valorizada durante os eventos de crise, quando é necessário o uso da força, seja a mera presença policial, seja o emprego da força letal.

Policiamento, muitas vezes, é uma função que carece do brilho e prestígio associados a outras profissões segundo Bayley (2006). Longe dos holofotes, os policiais enfrentam tarefas que, mesmo quando ligadas à investigação criminal, revelam-se arriscadas. São homens e mulheres comuns, desempenhando suas atribuições de serviço, arriscando, em muitas situações, a própria vida.

No entanto, por trás dessa aparente falta de glamour, reside um compromisso incansável com a segurança e a ordem pública. Os policiais dedicam suas vidas a proteger a comunidade, arriscando-se diariamente para garantir que o tecido social permaneça intacto. Enfrentam desafios variados, desde situações de alta tensão até a resolução de casos complexos que demandam paciência e habilidades analíticas. A resiliência desses profissionais é um testemunho do seu comprometimento com a missão de servir e proteger.

Além disso, a natureza dinâmica da aplicação da lei exige uma constante adaptação e atualização por parte dos policiais. Seja no enfrentamento das novas formas de criminalidade ou na implementação de estratégias mais eficazes de prevenção, o policiamento é um campo que demanda aprendizado contínuo e aprimoramento constante. Nesse contexto, os desafios encontrados na profissão podem, paradoxalmente, ser a fonte de um profundo senso de realização, à medida que os policiais contribuem para a construção de comunidades mais seguras e justas.

Conforme preconiza Monet (2001), a instituição policial é alicerçada na premissa de hierarquia e disciplina, cujas engrenagens são aneladas para operar de modo azeitado, representa uma entidade na qual seus agentes são esperados a "marchar como um só homem" sob as ordens de seus superiores. Esta estrutura, permeada por princípios organizacionais rígidos, fundamenta-se na preservação da ordem e na proteção dos direitos legais dos indivíduos, constituindo-se como a primeira força de natureza constitucional nesse escopo.

Dentro desse contexto, a compreensão do papel desempenhado pela polícia transcende a mera concepção de uma entidade executora de tarefas rotineiras. A sua incumbência de salvaguardar os direitos legais fundamenta-se na necessidade premente de manter a coesão social e assegurar a integridade dos cidadãos em um tecido social complexo e em constante evolução. Tal responsabilidade demanda, portanto, uma abordagem científica e analítica para compreender as dinâmicas multifacetadas subjacentes às operações policiais, delineando,

assim, um campo de estudo que transcende as dimensões meramente práticas e se insere no âmbito científico.

Nesse sentido, a atuação policial emerge como objeto de escrutínio e pesquisa, uma vez que a eficácia dessa primeira força constitucional reflete diretamente na preservação dos princípios democráticos e na salvaguarda das liberdades individuais. O arcabouço teórico que permeia os estudos científicos acerca da polícia revela-se crucial para compreender não apenas os desafios operacionais enfrentados por esses agentes da lei, mas também para a proposição de estratégias inovadoras e embasadas na ciência, contribuindo, assim, para o contínuo aprimoramento das práticas policiais e para o fortalecimento das bases jurídicas que sustentam essa vital instituição para a sociedade.

"A pressão colocada sobre cada policial individualmente para produzir, para ser mais eficiente do que legal, quando as duas normas estão em conflito" (SKOLNICK, 1966; p. 42 *apud* REINER, 2004)).

O trecho em análise, extraído do trabalho de Skolnick (1966), destaca um desafio intrínseco enfrentado pelos policiais no desempenho de suas funções. A ênfase recai sobre a pressão imposta a cada membro das forças policiais para atender às demandas de produção, muitas vezes à custa da eficiência em detrimento da legalidade. Este conflito de normas, evidenciado pela tensão entre a necessidade de produção de resultados e a obrigação de agir estritamente dentro dos limites legais, delineia um dilema ético e operacional enfrentado cotidianamente pelos profissionais da segurança pública. (REINER, 2004)

A abordagem de Skolnick sinaliza para a complexidade do ambiente policial, onde as expectativas por resultados rápidos e eficazes podem colidir com as restrições impostas pelo alicerce legal. Tal dualidade impõe uma pressão adicional sobre os policiais, que se veem desafiados a conciliar a demanda por produtividade com a manutenção dos padrões éticos e legais. Nesse contexto, a referência à dicotomia entre eficiência e legalidade ressalta a necessidade de pesquisas mais aprofundadas e análises críticas para compreender os impactos dessa tensão sobre o comportamento e as decisões dos agentes policiais, bem como para desenvolver estratégias que harmonizem essas duas exigências aparentemente antagônicas. (REINER, 2004)

2.2 O SURGIMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES NO BRASIL

A instituição da Polícia Militar, cujas origens remontam à inspiração nas corporações europeias, evidenciou sua consolidação no período de transição dos séculos XVII para XVIII,

alinhada aos princípios emergentes das ideias liberais na Europa Ocidental (CRITCHLEY, 1992; HARRING & MCMULLIN, 1992; HOLLOWAY, 1997 *apud* MUNIZ, 1999). O cerne da concepção dessas instituições residia na noção fundamental de "segurança pública" enquanto um serviço essencial do Estado, voltado para a garantia de direitos e o estabelecimento da autoridade. O delineamento dessa estrutura, conforme ressalta Muniz (1999), buscava resolver conflitos sociais por meio de uma instituição ancorada na legalidade e consentimento social, representando, assim, um desafio na construção do Estado de direito, conforme as observações de Foucault (1965) sobre a concepção de uma sociedade disciplinada. (MUNIZ, 1999)

No contexto brasileiro do século XIX, sob a influência europeia, surgiram corporações policiais como uma resposta civilizada às insatisfações públicas diante das intervenções truculentas das forças armadas. No Rio de Janeiro, em 1808, durante a chegada da família real portuguesa, foi estabelecida a Polícia Militar, marcando a criação da Intendência Geral da Polícia. Dom João VI, consciente da disseminação das ideias liberais, concebeu um corpo policial político, inaugurando a estrutura básica da atividade policial no Brasil. (MUNIZ, 1999) No entanto, desde sua instauração, a Polícia Militar enfrentou desafios, notadamente na conciliação entre eficácia e legalidade, conforme apontado por Skolnick (1966).

No início do século XIX, Dom João VI almejava organizar uma estrutura policial no Brasil para salvaguardar a monarquia contra potenciais agitadores e influências estrangeiras. O intento inicial não consistia na repressão de crimes cotidianos, mas na preservação da ordem política e social diante das transformações globais.

Segundo Minayo et al (2008), a Intendência-Geral de Polícia da Corte, estabelecida em 1808, centralizava todas as instituições policiais do Brasil. Desprovida de um corpo especializado, a necessidade de uma força militarizada levou à criação, em 13 de maio de 1809, da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia. Essa divisão, modelada conforme as estruturas do Exército, deu origem à corporação policial presente nos dias atuais no Rio de Janeiro, caracterizada por sua uniformização e militarização (BRETAS, 1998; HOLLOWAY, 1997, *apud* MINAYO, 2008).

Costa (2004) destaca que, mesmo antes da independência do Brasil, foram estabelecidas as primeiras forças policiais, delineando a trajetória da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com a missão primordial de manter a ordem, a Intendência-Geral de Polícia da Corte, em 1808, foi responsável pela captura de criminosos e pela investigação de crimes. A abordagem militarista culminou, em 1809, na criação da Guarda Real de Polícia, dotada de amplos poderes para manter a ordem, subordinando-se ao intendente-geral de polícia.

O motim de julho de 1831, organizado pelos guardas da Guarda Real, resultou na sua

extinção, sendo substituída pelo Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Esse evento marcou uma transição na estrutura policial, refletindo as mudanças sociopolíticas do período.

A compreensão da formação da polícia no Brasil, desde as raízes sob o governo de Dom João VI até as transformações do século XIX, é fundamental para contextualizar a configuração atual das forças policiais. A evolução histórica revela a interligação entre o desenvolvimento institucional e as demandas políticas, fornecendo subsídios para análises contemporâneas sobre a função e eficácia das forças policiais no Brasil.

O desenvolvimento histórico das instituições policiais no Brasil é marcado por uma série de transformações e reorganizações, refletindo a evolução das demandas sociais e políticas ao longo do tempo. Em 1907, dois importantes serviços foram criados: o Serviço Médico-Legal e o Serviço de Identificação. Posteriormente, em 1912, a Escola de Polícia foi estabelecida com o objetivo de conferir à atividade policial um caráter mais científico, culminando na criação do Corpo de Investigação encarregado de investigar e vigiar locais estratégicos (COSTA, 2004).

A contribuição de Muniz (2001) acrescenta um panorama mais abrangente, destacando eventos significativos na formação das polícias no Brasil. Em 1808, a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil foi criada no Rio de Janeiro, originando as atuais Polícias Civis estaduais. No mesmo ano, a Guarda Real de Polícia, também no Rio de Janeiro, deu origem às Polícias Militares estaduais. O ano de 1827 viu a instituição do Juiz de Paz, com atribuições policiais e judiciárias, enquanto em 1831, a Guarda Real de Polícia foi dissolvida após um motim, sendo substituída pelo Corpo de Guardas Municipais Permanentes, responsável também pela fiscalização de impostos. (MINAYO et al, 2008)

A criação da Guarda Nacional em 1831 marcou a instauração de uma organização paramilitar independente do Exército, destinada a defender a constituição, a independência da nação e a manutenção da ordem interna. Em 1866, a Guarda Urbana no estado do Rio de Janeiro foi estabelecida como uma força civil uniformizada e não-militarizada, sendo dissolvida em 1885. (MUNIZ, 1999)

A transição para uma força profissionalizada ocorreu em 1889, quando os membros das organizações policiais se tornaram assalariados. Em 1934, a constituição da Segunda República definiu a competência da União para legislar sobre as Polícias Militares, categorizando-as como "reservas do Exército" com responsabilidades voltadas para a "segurança interna e manutenção da ordem".

A década de 1930 foi marcada pela instituição do Decreto-Lei nº 192 em 1936, estruturando as Polícias Militares de acordo com as unidades de infantaria e cavalaria do Exército. A constituição de 1946 reiterou o papel das Polícias Militares como "forças auxiliares

e reservas do Exército”. (MUNIZ, 1999)

A década de 1960 trouxe mudanças significativas, como a criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares em 1967 e a determinação, em 1968, de que os policiais militares não poderiam receber vencimentos superiores aos militares regulares. A Constituição de 1969 suprimiu a missão de sustentação da segurança interna das Polícias Militares. (MUNIZ, 1999)

Em 1988, a constituição democrática definiu as missões das polícias brasileiras, atribuindo às Polícias Militares o "policciamento ostensivo fardado e a preservação da ordem pública", enquanto as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais foram atribuídas às polícias civis. A criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública em 1997 e o estabelecimento do Plano Nacional de Segurança Pública em 2001 são marcos contemporâneos que refletem a constante adaptação e reestruturação das instituições policiais diante das demandas da sociedade. (MUNIZ, 1999)

2.3 O SURGIMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

De acordo com as informações fornecidas por Brito (1991), em 28 de julho de 1858, foi promulgada a Lei nº 13, instituindo a Força Policial do Estado, embora sua implementação tenha ocorrido somente em 1884, através da Resolução Provincial nº 520 de 10 de julho. A referida lei organizou a Força Policial com um efetivo composto por 01 Capitão-Comandante, 01 Tenente, 02 Alferes, 01 1º Sargento, 02 2º Sargentos, 01 Furriel, 08 Cabos, 02 Corneteiros e 100 Soldados, sendo o Capitão João Fleuri Alves de Amorim o primeiro comandante. Posteriormente, no governo do Ten Cel Braz Abrantes, a nomenclatura foi alterada para Corpo de Polícia de Goiás por meio da Lei nº 05 de 12 de julho de 1892, que também estabeleceu critérios de promoções e direitos à reforma em caso de invalidez. (BRITO, 1991; SOUZA, 1999)

Em 1915, a Lei nº 514 de 05 de julho introduziu os postos de Capitão-Médico e Tenente-Farmacêutico na Força Policial. Já em 1919, através do artigo 14 do Regulamento, a Força Policial foi categorizada como Corporação Militarizada, com seu efetivo armado com Fuzil Mauzer e Revólver Girard, contando naquele ano com 28 oficiais e 520 praças. Em 1926, o efetivo total alcançou 39 oficiais e 659 praças, incluindo um piquete de capturas. Nesse mesmo ano, foram estabelecidos os cargos de Chefe da Casa Militar e Ajudante de Ordens do Presidente da Província, equivalente ao Presidente do Estado. O ano de 1940 marcou a criação do Departamento de Instrução, atual Academia de Polícia Militar, responsável pela formação de oficiais e praças da corporação. (BRITO, 1991; SOUZA, 1999)

Segundo Brito (1991), em 1910, a corporação passou a ser denominada "Batalhão de Polícia" pela Lei nº 364 de 02 de julho. Em 1918, a militarização do batalhão teve início com a Lei nº 624 de 13 de julho, que também estabeleceu um pelotão de cavalaria. A organização do Batalhão de Polícia foi modificada em 1932 pela Lei nº 813 de 02 de agosto, passando a ser composta por 05 companhias e um piquete de capturas, com 01 oficial e 39 praças. Em 1932, por meio do Decreto nº 2780 de 31 de dezembro, o batalhão foi renomeado para Força Pública, compreendendo uma Unidade Administrativa com 03 companhias de Infantaria e 01 pelotão extranumerário. Com a promulgação da Constituição Federal de 1946, em 18 de novembro, a corporação adotou a nomenclatura de Polícia Militar, designação que perdura até os dias atuais. (BRITO, 1991; SOUZA, 1999)

Atualmente, na capital goiana, destaca-se a 2ª Seção do Estado-Maior, PM/2 – Planejamento em Inteligência, configurando-se como uma seção de extrema importância para a estrutura da PMGO, merecendo análises específicas em estudos futuros deste artigo.

3 METODOLOGIA

Conforme destacado por Gil (2002), a pesquisa documental, embora compartilhe semelhanças com a pesquisa bibliográfica, distingue-se por suas fontes, predominantemente compostas por materiais impressos armazenados em bibliotecas, enquanto a pesquisa bibliográfica abrange fontes mais diversas e dispersas. Analogamente, o estudo de campo assemelha-se ao levantamento, mas difere ao apresentar uma abordagem mais aprofundada no tema de pesquisa.

No escopo deste estudo, foram empregados métodos de pesquisa de campo, por meio de entrevistas conduzidas com policiais lotados na 2ª Seção do Estado-Maior Estratégico, especificamente na PM/2 – Planejamento em Inteligência. Além disso, será realizada uma análise e interpretação de documentos institucionais e históricos relacionados a esse batalhão.

A relevância desta pesquisa para a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) reside na possibilidade de compreender a evolução do serviço de inteligência ao longo dos anos, não apenas por meio de análise documental, mas também por meio de relatos diretos dos policiais, proporcionando uma compreensão mais abrangente.

No que tange à abordagem do problema em questão, é importante salientar que o tema em análise demanda uma abordagem de natureza qualitativa. Nesse contexto, a metodologia a ser empregada para a coleta e registro de dados consistirá em uma pesquisa de campo, na qual

serão conduzidas entrevistas junto a autoridades diretamente vinculadas a Inteligência da PMGO, visando aprofundar nossa compreensão sobre o assunto em estudo.

Os indivíduos que participaram das entrevistas foram designados como "entrevistados" e, a fim de melhor identificá-los, cada um foi acompanhado por um número sequencial, seguindo uma convenção que abreviará sua designação, como, por exemplo, E1, E2, e assim por diante, correspondendo a "Entrevistado 1", "Entrevistado 2" e assim por diante. Essa abordagem visa proporcionar uma organização clara e sistemática na identificação dos participantes da pesquisa.

Uma visita ao batalhão foi conduzida para avaliar sua estrutura atual, e entrevistas foram realizadas com policiais, as quais foram registradas, posteriormente transcritas para formato textual, caracterizando, assim, uma pesquisa qualitativa. Este método foi executado por meio de técnicas de entrevista dirigida, envolvendo perguntas precisas e previamente formuladas, com o objetivo de coletar dados que contribuirão para alcançar os objetivos propostos neste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRIMEIROS RELATOS

A atividade de Inteligência é uma prática intrinsecamente vinculada à história da humanidade, uma vez que a busca pelo conhecimento é um traço inerente à natureza humana. Ao longo da evolução histórica, torna-se evidente a necessidade de aprimorar essa atividade, dada a crescente aceleração do fluxo de informações e a rápida disseminação das mesmas. Os órgãos de Inteligência, conseqüentemente, não se limitaram à utilização exclusiva de recursos humanos, mas também incorporaram avançadas tecnologias, a fim de adquirir mecanismos mais eficazes, seguros e discretos para coletar e proteger informações.

É possível observar, por meio de registros históricos, a relevância da atividade de Inteligência, particularmente quando bem organizada e sistematizada, na assistência aos tomadores de decisão e na salvaguarda do Estado. Em um ambiente caracterizado pela insegurança, tanto no âmbito doméstico quanto internacional, onde a informação adquire crescente importância, a atividade de Inteligência desempenha um papel vital ao apoiar o processo decisório nas esferas pública e privada. Não se pode subestimar a máxima de que o conhecimento é poder, e, sem ele, o indivíduo é como uma folha ao vento, sem controle sobre seu destino. (GONÇALVES, 2009).

Do ponto de vista histórico, a atividade de Inteligência, embora tenha experimentado grande difusão com o advento da escrita, já era praticada por povos que antecederam a era da escrita, empregando diversos meios de transmissão de informações, tais como sinais de fumaça e sons de tambores. Essa atividade, ao longo da história das sociedades, assumiu um papel preponderante como instrumento para a formulação de estratégias visando ao poder e ao controle sobre outros.

Uma origem mitológica da Inteligência está associada a Argus, que, por volta do século XII a.C., suplantou a hegemonia de Micenas e, enquanto vivo, protegeu suas mensagens de múltiplas maneiras, estabelecendo uma eficiente rede de espiões. Após sua morte, Argus tornou-se uma figura semidivina, dando origem a diversas narrativas sobre sua "pós-morte". Além disso, muitos termos utilizados na esfera da Inteligência têm origem no nome Argus, como "arguto", "argúcia", "argumento" e "argüir" (Revista ABIN, 2005).

Na Roma Antiga, era comum a presença de espiões que se ocultavam atrás de cortinas para ouvir conversas e segredos. Antes do século II, Roma não contava com um corpo diplomático, e, para resolver questões no exterior, enviava missões que atuavam em nome do governo. Muitos membros dessas missões também desempenhavam funções de espionagem. Além disso, a aristocracia romana mantinha uma rede permanente de agentes clandestinos. No entanto, somente durante o período do Império Romano a atividade de Inteligência e espionagem foi oficialmente institucionalizada.

Antes da invasão da Pérsia, Alexandre, o Grande, obtinha informações por meio de viajantes que regressavam de terras estrangeiras, com o objetivo de coletar informações sobre outros territórios. A própria Bíblia, citada em entrevista pelo E1, quando questionado sobre a origem do Serviço de Inteligência.

A Atividade de inteligência é algo muito antigo, se você for procurar você vai encontrar na Bíblia relatos de inteligência, falando sobre os espias do exército de Israel na invasão de Jericó, então é algo que já vem junto com a própria atividade militar. (ENTREVISTADO 1, 2023).

No Livro de Números do Antigo Testamento, faz referência ao uso da atividade de Inteligência, narrando conversas do Senhor com Moisés, aconselhando-o a enviar homens para espiar a terra de Canaã e a fazer um censo dos filhos de Israel.

Envia homens que espie a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel; de cada tribo de seus pais enviareis um homem, sendo cada qual príncipe entre eles". (Bíblia Sagrada – Livro de Números 13:2 - Ordem dada por Deus a Moises).

“Enviou-os, pois, Moisés a espiar a terra de Canaã; e disse-lhes: Subi ao Neguebe e penetrai nas montanhas. Vede a terra, que tal é, e o povo que nela habita, se é forte ou fraco, se poucos ou muitos”. (Bíblia Sagrada – Livro de Números 13:17-18 - Ordem dada por Deus a Moises).

É evidente que a atividade de Inteligência, em sua origem, representava um recurso utilizado pelas autoridades das sociedades antigas para proteger seus interesses, notadamente para manter e ampliar suas relações de poder e controle, mesmo que para isso fossem empregados meios questionáveis (Silveira & Cruz, 2011).

4.2 HISTÓRICO NACIONAL DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

No Brasil, o primeiro serviço de Inteligência oficial foi estabelecido em 1956, durante a gestão de Juscelino Kubitschek, como SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência). Após o Golpe Militar de 1964, o SNI (Serviço Nacional de Informações) o sucedeu, reprimindo movimentos de esquerda e sociais, motivado por preocupações anti-comunistas.

Durante sua existência (1956-1964), o SFICI monitorou associações de esquerda, incluindo o PCB e movimentos grevistas, além de adversários políticos do presidente, como Carlos Lacerda e José Sarney.

Com o Regime Militar, o SNI substituiu o SFICI, detendo amplo poder, como grampos telefônicos e censura de correspondência. Muitos documentos desapareceram após sua extinção em 1990. Vários ex-membros do SNI ocuparam cargos importantes em governos subsequentes.

Após o fim do SNI, o DI da SAE foi criado, mas inicialmente não recebeu a devida atenção. Mais tarde, a importância da Inteligência no assessoramento governamental foi reconhecida, com destaque para as Forças Armadas nesse papel.

A Lei 9.883/99 estabeleceu o SISBIN e criou a ABIN como órgão central, definindo a Inteligência como atividade de obtenção, análise e disseminação de conhecimentos para o planejamento e tomada de decisões.

O SISBIN se baseia na preservação da soberania nacional, na democracia, nos direitos humanos e na legalidade, incluindo a contra-inteligência.

A ABIN tem a missão de investigar ameaças, identificar oportunidades e defender a democracia, com foco na Política Nacional de Inteligência.

A atividade de Inteligência é vista como essencial na democracia, com agentes comprometidos com princípios democráticos e direitos humanos.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública de 2009 orienta atividades

de Inteligência, preservando direitos e garantias fundamentais, princípios democráticos e ética.

A Inteligência continua desempenhando um papel relevante no apoio ao planejamento e execução de políticas institucionais, com a missão primordial de preservar a democracia e a dignidade humana, respeitando princípios democráticos e direitos humanos.

4.3 HISTÓRIA DA INTELIGÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E INSTITUCIONAL

O Serviço de Inteligência em Goiás, com raízes profundas na estrutura da Polícia Militar, teve sua gênese destacada por eventos marcantes, como o ocorrido em 2017, quando policiais foram acusados de um homicídio em Goiânia. Este incidente gerou a percepção da necessidade vital de padronização e especialização dos policiais atuantes na função de P2, bem como a regulamentação de seu credenciamento em agências de Inteligência. Essa conjuntura desencadeou a fundação do Serviço de Inteligência, sinalizando uma resposta eficaz às demandas emergentes de segurança no estado.

A inserção do Serviço de Inteligência da PMGO no organograma da instituição revela uma ligação intrínseca com a estrutura militar, remontando às origens da Polícia Militar no estado. Desde sua instalação, a PM se estabeleceu com todos os elementos técnicos e táticos da atividade militar, incluindo a atividade de inteligência. Os princípios fundamentais, representados pelos setores P1 a P5, evidenciam a incorporação natural da inteligência como parte integrante da estrutura organizacional da PM.

Além de sua fundação recente, a atividade de inteligência no estado remonta a períodos antigos, conforme evidenciado por relatos na Bíblia, como os espiões do exército de Israel na invasão de Jericó. A constatação de que a inteligência está intrinsicamente ligada à atividade militar, segundo os entrevistados, destaca a continuidade histórica dessa prática, embora tenha evoluído ao longo do tempo em resposta às mudanças de paradigmas e legislação.

A evolução da inteligência em Goiás reflete as transformações nacionais, desde a criação do Serviço Nacional de Inteligência até a organização da Lei de Inteligência pelo Ministério da Justiça. O marco mais recente, a publicação da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, indica uma adaptação mais focalizada na Segurança Pública, alinhando-se com as demandas contemporâneas.

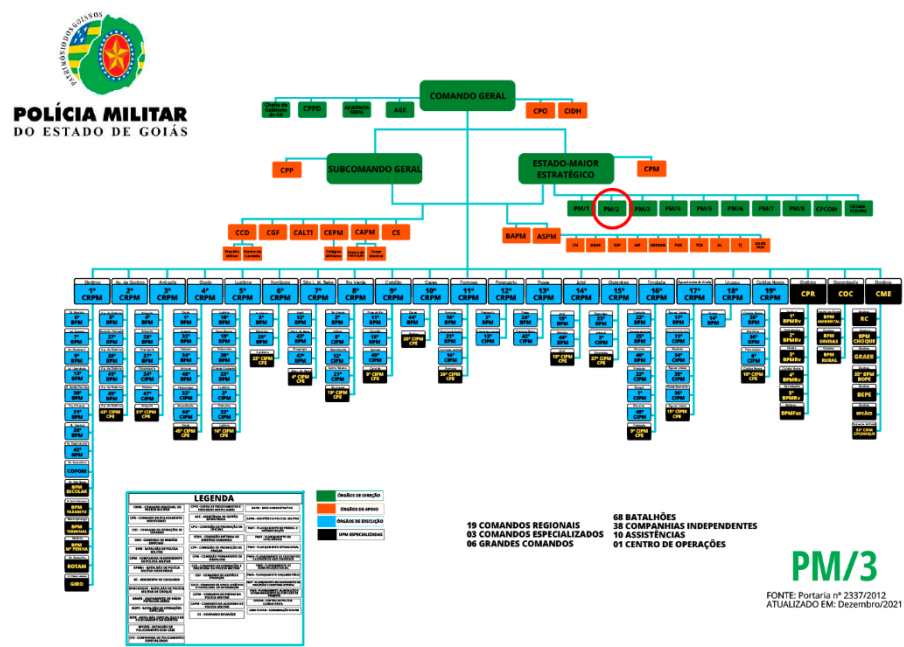
Em síntese, a história da inteligência em Goiás é marcada pela interseção entre eventos locais de relevância e uma longa tradição de integração com a estrutura militar. Essa evolução,

atenta às mudanças legislativas e paradigmáticas, reflete uma abordagem adaptativa que coloca a inteligência como peça-chave na preservação da ordem e segurança no estado.

4.4 ORGANIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS

Para uma compreensão abrangente da estrutura do Serviço de Inteligência no âmbito do Estado de Goiás, é imperativo adentrar na organização da Polícia Militar, uma vez que o referido serviço de Inteligência se encontra devidamente alocado no organograma da instituição. Este órgão de Inteligência, nesse contexto, se configura como uma seção integrante do Estado Maior, uma das unidades de destaque dentro da estrutura organizacional da Polícia Militar. Deve-se ressaltar que a atribuição da seção de Inteligência é de natureza fundamental e detentora de significativa relevância, desempenhando um papel central nos âmbitos operacional, administrativo e estratégico dentro da estrutura da instituição policial. A análise aprofundada dessa seção se torna imprescindível para a compreensão plena do funcionamento e das contribuições do Serviço de Inteligência no Estado de Goiás.

Figura 1 – Organograma da PMGO.



Fonte: PMGO (2021).

Figura 2 – Fachada atual do Quartel do Comando Geral.



Fonte: PMGO (2021).

“O serviço de polícia militar, ele está inserido no organograma da própria instituição, se você for verificar, ela já começa vindo lá do exército, nós como forças auxiliares, somos uma cópia de uma organização primária, no que dá origem no serviço de polícia militar aqui dentro do estado, quando a polícia militar se instala, ela já se instala com todos os fatores técnicos e táticos da atividade militar, e a atividade de inteligência é uma delas”. (ENTREVISTADO 1, 2023).

4.5 FUNÇÃO DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

O serviço de inteligência desempenha um papel crucial no contexto da segurança pública, fornecendo informações e análises que sustentam a tomada de decisões de grande relevância. Neste estudo, a ênfase recai sobre a produção de conhecimento por meio da coleta, análise e disseminação de dados sobre possíveis crimes iminentes, ressaltando a importância da produção de conhecimento como uma ferramenta estratégica para a tomada de decisões no contexto da segurança pública.

Uma das principais funções desempenhadas pelo serviço de inteligência, segundo o E3, é a coleta sistemática de informações de diversas fontes. As fontes de informação incluem denúncias feitas através do número de emergência (190), informações compartilhadas por outros policiais em atividade e a colaboração de cidadãos ou colaboradores confiáveis. A coleta de dados é uma atividade contínua, exigindo rigor e precisão na verificação, validação e categorização das informações coletadas.

Uma vez que os dados são coletados, entra em ação uma etapa crítica do processo de

inteligência: a produção de relatórios de conhecimento. Esta fase envolve a análise minuciosa dos dados para identificar padrões, tendências e potenciais ameaças. Analistas de inteligência, capacitados e especializados, são encarregados de traduzir as informações coletadas em relatórios que condensam os dados relevantes de maneira clara, concisa e útil para os tomadores de decisão.

Os relatórios de conhecimento elaborados pelos analistas de inteligência são então entregues ao chefe imediato, que desempenha um papel crucial na tomada de decisões estratégicas. Essas decisões abarcam uma ampla gama de ações, como o direcionamento de recursos, o planejamento de operações, a identificação de alvos prioritários e a resposta a ameaças iminentes. A qualidade e a prontidão dos relatórios de conhecimento desempenham um papel crucial na eficácia da tomada de decisões.

Durante o período analisado, o serviço de inteligência de Goiás mantém colaboração estreita com outras agências de segurança do município, estado e federação. A troca de informações é fundamental para lidar com ameaças que transcendem as fronteiras de uma única jurisdição. A cooperação interinstitucional se mostra indispensável para garantir a segurança pública de maneira holística e eficaz.

O serviço de inteligência é um pilar essencial da segurança pública, fornecendo as ferramentas e informações necessárias para a tomada de decisões informadas. Neste estudo, a produção de conhecimento emerge como a espinha dorsal das atividades de inteligência, capacitando os responsáveis a agir com eficiência na proteção da sociedade. A coleta de dados, a análise, a produção de relatórios e a colaboração interinstitucional se destacam como os elementos centrais das responsabilidades e áreas de atuação. Ressaltando a importância da missão contínua do serviço de inteligência na promoção da segurança e bem-estar da comunidade.

4.6 RECURSOS UTILIZADOS

O domínio da inteligência operacional tem se tornado cada vez mais vital nas estratégias de segurança e tomada de decisões em um mundo dinâmico e em constante transformação. Em meio a uma infinidade de equipamentos e ferramentas disponíveis, é imperativo reconhecer que o componente humano continua a ser a peça central na condução bem-sucedida das operações de inteligência.

A inteligência operacional abrange uma ampla variedade de contextos e cenários, o que implica uma gama igualmente ampla de recursos e equipamentos que podem ser utilizados para

obter informações valiosas. Desde o uso de dispositivos simples, como copos descartáveis, até a sofisticação de câmeras fotográficas capazes de capturar detalhes de uma cratera lunar, a panóplia de ferramentas disponíveis é vasta e diversificada.

No entanto, é essencial observar que, apesar da importância dos equipamentos, eles são, em última instância, meios auxiliares para alcançar os objetivos da inteligência operacional. A tecnologia, por mais avançada que seja, não substitui o julgamento humano, a criatividade, a intuição e a capacidade de interpretação contextual que apenas um agente de inteligência qualificado pode proporcionar.

O elemento humano, na forma de agentes de inteligência devidamente treinados, com vocação e determinação, é o núcleo dessa atividade. A coleta, análise e interpretação de informações requerem um discernimento e julgamento crítico que nenhum equipamento, por mais sofisticado que seja, pode replicar.

Agentes vocacionados e decididos são capazes de tomar decisões informadas em tempo real, adaptando-se a cenários em constante evolução. Eles podem avaliar a credibilidade de fontes, determinar a relevância das informações coletadas e, em última instância, fornecer “insights” valiosos que embasam a tomada de decisões estratégicas.

O treinamento adequado desempenha um papel vital na capacitação de agentes de inteligência. Isso inclui habilidades técnicas, como a coleta de informações, análise de dados, uso de ferramentas de inteligência, mas também aprimora características pessoais, como a ética, o discernimento e a capacidade de manter a calma sob pressão.

Agentes vocacionados e decididos são motivados por uma busca incessante por informações de alta qualidade e pela missão de garantir a segurança da sociedade. Eles estão dispostos a enfrentar desafios, trabalhar incansavelmente e permanecer comprometidos com a missão, independentemente das dificuldades encontradas.

O presente estudo ressalta que, embora a tecnologia e os equipamentos desempenhem um papel essencial na coleta e análise de informações em operações de inteligência, a principal ferramenta de inteligência continua sendo o agente humano. A capacitação, a vocação e a determinação do agente são fatores críticos na obtenção de informações de qualidade e na tomada de decisões informadas.

Figura 3 – Solenidade de formatura do 16º Curso de Operações de Inteligência.



Fonte: PMGO (2023).

Em um mundo em constante mudança e com ameaças em evolução, é imperativo investir não apenas em tecnologia, mas também na formação e no apoio dos agentes de inteligência. Eles são os guardiões do conhecimento e da segurança, e seu comprometimento é essencial para o sucesso das operações de inteligência e, por extensão, para a proteção da sociedade. Portanto, a valorização e o aprimoramento contínuo dos recursos humanos devem ser uma prioridade na comunidade de inteligência operacional.

“Eu posso usar do mínimo ao máximo, mas eu te digo que a principal ferramenta de inteligência é o homem, é o agente bem preparado, é o agente focado. Essa é a principal ferramenta de inteligência: o homem, o homem vocacionado, o homem decidido, o homem com vontade.”. (ENTREVISTADO 1, 2023).

4.7 DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO AO LONGO DOS ANOS

Ao longo do tempo, o desenvolvimento nesse campo tem sido impulsionado por avanços tecnológicos, expansão de recursos e uma força de trabalho cada vez maior. O progresso no desenvolvimento da inteligência, com foco nos aprimoramentos de equipamentos, tecnologia e forças associadas, bem como no aumento do efetivo envolvido nessa função tem sido primordiais para uma boa prestação do serviço.

Um aspecto crucial do desenvolvimento da capacidade de inteligência reside na constante melhoria dos equipamentos e tecnologia disponíveis. Os avanços em computadores, sistemas de comunicação e dispositivos de coleta de dados têm revolucionado a capacidade de coletar, processar e analisar informações. Essas ferramentas proporcionam aos agentes de

inteligência uma vantagem substancial na obtenção de dados precisos e na produção de relatórios mais eficazes.

A colaboração entre agências ligadas à segurança pública tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento da inteligência. O acesso a informações, recursos e expertise compartilhados por diferentes entidades fortaleceu a capacidade de inteligência em todos os níveis. Essa colaboração interinstitucional permite uma visão mais abrangente e coordenada das ameaças e desafios, promovendo uma resposta mais eficiente.

Além dos avanços em equipamentos e colaboração entre agências, o crescimento do efetivo envolvido na função de inteligência tem sido um fator determinante no desenvolvimento contínuo desse campo. A expansão da força de trabalho dedicada à coleta, análise e disseminação de informações tem permitido uma cobertura mais ampla e uma abordagem mais especializada das ameaças e desafios em constante evolução.

Com o progresso contínuo na inteligência, surgem desafios e oportunidades igualmente complexos. Questões relacionadas à segurança cibernética, proteção de dados, privacidade e regulamentações desempenham um papel significativo no uso e na gestão de tecnologias avançadas. Além disso, a crescente complexidade das ameaças requer adaptação constante e investimento em capacitação.

“O desenvolvimento deu-se com a melhora dos equipamentos, computadores e acessos concedidos por outras forças ligadas à segurança pública, assim como o aumento do efetivo empregado na função”. (ENTREVISTADO 3, 2023).

O desenvolvimento contínuo da inteligência é essencial para a segurança pública e a tomada de decisões informadas. Os avanços em equipamentos, tecnologia e o aumento do efetivo envolvido na função de inteligência demonstram um compromisso com a excelência na obtenção e análise de informações. A colaboração entre agências e a busca constante por inovações proporcionam uma base sólida para o futuro desse campo.

No entanto, é crucial reconhecer que, à medida que a capacidade de inteligência avança, novos desafios emergem. A proteção de dados, questões de privacidade e a necessidade de se adaptar a ameaças em constante evolução exigem uma abordagem cuidadosa e uma supervisão eficaz. O desenvolvimento na inteligência é um processo contínuo, marcado por oportunidades e desafios que demandam uma abordagem equilibrada e proativa para garantir a eficácia e a legitimidade dessa atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, exploramos a rica história da atividade de Inteligência, desde suas origens mitológicas até o desenvolvimento contemporâneo. No contexto nacional, delineamos a evolução do Serviço de Inteligência no Brasil, com ênfase nas transformações ocorridas após o Golpe Militar de 1964 e a criação da ABIN, destacando a importância da inteligência na preservação da democracia e dos direitos humanos.

Ao focar no Estado de Goiás, mergulhamos na estrutura organizacional da Polícia Militar, revelando a posição estratégica do Serviço de Inteligência no organograma institucional. A função desempenhada por este serviço foi analisada em detalhes, evidenciando a produção de conhecimento como a espinha dorsal de suas atividades. A coleta, análise e disseminação de informações foram apresentadas como elementos cruciais na tomada de decisões estratégicas para a segurança pública.

A pesquisa também ressaltou a importância do fator humano na atividade de Inteligência. Em meio aos avanços tecnológicos e à diversidade de recursos disponíveis, enfatizamos que o agente bem preparado, vocacionado e decidido continua sendo a principal ferramenta de inteligência. Seu treinamento, ética e comprometimento são fundamentais para o sucesso das operações e para a proteção da sociedade.

O desenvolvimento ao longo dos anos no campo da Inteligência foi evidenciado pelos avanços tecnológicos, colaboração interinstitucional e aumento do efetivo. A adaptação constante a novos desafios, como questões de segurança cibernética e proteção de dados, foi reconhecida como parte integrante desse processo evolutivo.

No entanto, é crucial reconhecer que o progresso traz consigo novos desafios. A proteção da privacidade e a necessidade de supervisão eficaz são aspectos críticos à medida que a Inteligência avança. A conclusão é clara: o desenvolvimento nesse campo é contínuo, marcado por oportunidades e desafios que demandam uma abordagem equilibrada e proativa para garantir a eficácia e legitimidade da atividade de Inteligência.

Esta pesquisa proporcionou uma compreensão abrangente da atividade de Inteligência, suas raízes históricas, evolução nacional e atuação específica no Estado de Goiás. Ao responder às questões iniciais e abordar os objetivos propostos, esperamos ter contribuído para o enriquecimento do conhecimento na área de estudos de Inteligência, promovendo uma visão crítica e informada sobre esse campo fundamental para a segurança e estabilidade das sociedades.

Este estudo, ao abordar a atividade de inteligência em Goiás, enfrentou desafios

significativos na obtenção de materiais específicos relacionados à história da inteligência em nível estadual. A natureza sigilosa dessas informações limitou o acesso a dados detalhados sobre o histórico do serviço de inteligência. A dependência de relatos históricos e entrevistas, embora valiosa, introduziu potenciais lacunas e vies. Para futuros estudos, sugere-se a busca por parcerias mais estreitas com instituições de segurança pública, a fim de facilitar o acesso a informações relevantes. A implementação de abordagens metodológicas mistas e a análise comparativa entre diferentes estados brasileiros podem fortalecer a pesquisa, proporcionando uma compreensão mais completa e equilibrada das práticas de inteligência em nível estadual.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: Uma Análise Internacional Corporativa**. Trad. Renê Alexandre Belmonte. 2. Ed. Edusp: São Paulo, 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 00201. Ed. Edusp: São Paulo, 2003.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da Polícia Militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia, 1991.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. FGV editora, 2004.

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Editora Fiocruz, 2008.

MONET, Jean-Claud, **Polícias e Sociedade na Europa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. 2. Ed. Edusp: São Paulo, 2006.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira et al. A crise de identidade das polícia militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001., 2001.

REINER, Robert, **A Política da Polícia**. Trad. Jacy Cardia Ghirotti. 3. Ed. Edusp: São Paulo, 2004.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA DIRECIONADA ÀS AUTORIDADES DIRETAMENTE LIGADAS AO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DO ESTADO DE GOIÁS

Pergunta 1 - Quando foi fundado o Serviço de Inteligência da Polícia Militar em Goiás e qual foi o motivo da sua criação?

Pergunta 2 - Quais eram as principais responsabilidades e áreas de atuação do Serviço de Inteligência durante o período em que você esteve lá?

Pergunta 3 - Quais recursos, como pessoal, veículos, armamento e equipamentos, estavam disponíveis para o serviço naquela época?

Pergunta 4 - Como eram as instalações durante o seu tempo de serviço e houve algum desenvolvimento ou expansão ao longo dos anos na atuação da inteligência?

Pergunta 5 - Quais eram as atividades de policiamento mais frequentes realizadas pelo quartel durante o período em que você trabalhou lá?

APÊNDICE B – RESPOSTA DO ENTREVISTADO 1

Resposta 1 – O Serviço de Inteligência da PMGO está inserido no organograma da própria instituição. Se for verificar, ele já começa vindo lá do Exército. Nós, como força auxiliar, somos uma cópia da organização primária, o que dá origem ao serviço de Polícia Militar aqui no estado. Quando a PM já se instala, ela se instala com todos os fatores técnicos e táticos da atividade militar, e a atividade de inteligência é uma delas. Então, você vai ver normalmente que em todo quartel, é regra básica ter P1 (cuidando de pessoal), P2 (cuidando dos assuntos inerentes à inteligência), P3 (com estratégia), P4 (com logística) e P5 (uma coisa mais moderna, que cuida da própria divulgação e da imagem da instalação) e segue outros, mas estes vêm desde a criação.

A atividade de inteligência é algo muito antigo. Se você for procurar, vai encontrar na Bíblia relatos de inteligência, falando sobre os espias do exército de Israel na invasão de Jericó. Então, é algo que já vem junto com a própria atividade militar. Ela não tem um período de criação próprio. A gente vai conseguir verificar ao longo do tempo mudanças de paradigmas, aparelhamento que acompanha algumas leis da instituição do Serviço Nacional de Inteligência a nível nacional, lá na década de 30-40 e mais recentemente com a organização da Lei de Inteligência pelo Ministério da Justiça, com a instituição e publicação da DNISP (Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública). Tem algumas mudanças na forma de atuar, mais voltada para Segurança Pública do que para aquele assunto de segurança nacional que vinha lá do Exército.

Resposta 2 – A área de atuação está na própria definição da necessidade da atividade. É uma atividade de assessoramento. Então, a atuação é a busca do conhecimento, a busca de informações para estar assessorando os comandantes, assessorando o tomador de decisão. Toda instituição ou qualquer empresa que tenha em seu organograma um serviço de inteligência é um serviço de auxílio ao comando, de auxílio ao tomador de decisão, de assessoramento. Isso, na área de segurança pública, traz algumas diferenças, porque nós assessoramos na área de decisão, seja na movimentação de tropa, na criação de batalhão ou até mesmo em uma operação. Isso porque é a atividade-fim da polícia moderna hoje no combate ao crime organizado, que vem diretamente a ações de operações repressivas também. Então, aí cabe à inteligência estar norteando as operações, estar delineando, estar assessorando nesse sentido também.

Resposta 3 – Eu posso enumerar uma série de situações, tudo que está no seu cotidiano,

tudo que serve para mim trazer informação ou que possa ser encaixado na operação, vai ser enumerado um equipamento. Eu posso enumerar desde um copo descartável até uma câmera fotográfica que tire uma foto de uma cratera lunar. Eu posso usar do mínimo ao máximo, mas eu te digo que a principal ferramenta de inteligência é o homem, é o agente bem preparado, é o agente focado. Essa é a principal ferramenta de inteligência: o homem, o homem vocacionado, o homem decidido, o homem com vontade.

Resposta 4 – Instalações físicas são um problema histórico das unidades militares, um desafio inerente à administração pública. Hoje, no Estado de Goiás, que eu posso falar com certeza - eu acredito que haja mais, mas não é do meu conhecimento -, a única unidade que foi desenhada e formatada para ser uma unidade militar é o 26º Batalhão de Caldas Novas. Lá foi projetado para ser um quartel. Nesse mesmo sentido, as unidades de inteligência, as agências de inteligência, sofrem com essa situação. Nós não temos nenhuma instalação para nenhuma das nossas agências na PMGO, que eu tenha conhecimento. Talvez a SI, no máximo, da secretaria, tenha tido sua instalação projetada para abrigar o serviço de inteligência em todos os seus aspectos, e isso é muito interessante. Porque quando a gente trata de operação e administração, é uma sala comum. Mas quando eu insiro nisso a contrainteligência, eu tenho uma série de requisitos de proteção de instalação, de pessoal, de informação, de material que têm que ser alocados lá no projeto primário dessa instalação.

Então, nós temos uma melhora? Temos uma melhora significativa com a modernidade, com a mudança dos tempos, mas ainda não se chegou ao ponto de desenhar, de projetar, ou de alocar uma instalação que atenda o serviço de inteligência. É um objetivo que a gente tem que alcançar ainda. São projetos que vêm por aí, que com certeza vamos conseguir, mas ainda a longo prazo.

Resposta 5 – Como eu disse lá no início, o serviço de inteligência é muito amplo e tem que ver a destinação daquela agência. Assessoramento é a principal, mas se você for falar de resultado, de eficiência, de algo realmente palpável, você vai ter que realmente verificar a finalidade. Se você for lá na SI, lá no grande comando da polícia, são os controles estatísticos para se estar direcionando as decisões de comando de movimentação, de como agir, de como atuar, onde colocar a tropa. Se você vem pros batalhões de operações dentro dos quadrantes, dentro das ALI's (Agências Locais de Inteligência), essa efetividade é medida em números de produtividade no combate das ações criminosas, seja na proatividade ou na reatividade, na resolução de demandas.

E aí o serviço de inteligência avançou muito. Eu posso citar pra você como exemplo o serviço de inteligência do comando do policiamento da capital (CPC). Eu posso afirmar que no ano de 2022, 90% dos homicídios, eu to jogando, mas é algo em torno de 80 a 90% dos homicídios que ocorreram na região metropolitana foram solucionados, graças à atuação imediata do serviço de inteligência da capital. Já de imediato atuando e repassando essas informações pra a investigação, pra Polícia Civil, daqueles que não eram resolvidos que não eram resolvidos já na sequência, que a própria PM não conseguia prender em flagrante os autores, quando isso não acontecia, as informações eram repassadas para Delegacia de Homicídios que fazia o trabalho de investigação e com aquelas informações pontuais da inteligência de imediato, fazia resolver essa situação. Então eu tenho quase que certeza absoluta, eu posso afirmar que em torno de 90% dos homicídios que foram resolvidos no ano de 2022 na capital, foi devido ao serviço de inteligência. Então a gente mede essa eficiência em cada área de atuação, em cada quadrante, em cada tipo de inteligência que se propõe a desenvolver.

Você falou do seu comandante, Tenente Guedes, ele antes de vir pra cá ele ficava na inteligência do BEPE (Batalhão Especializado de Policiamento em Eventos da PMGO). Lá tem uma célula de inteligência. Essa célula de inteligência atua direto na repressão ao crime? Diretamente nas ações de furto e roubo? Talvez não, mas eles atuam no monitoramento de crimes cometidos por torcida organizada, em ações preventivas, catalogando, vendo relacionamento de pessoas com o crime, com o crime organizado. Então eles conseguem assessorar um grande número de tomadores de decisão com essas informações, de uma atividade voltada para proteção da praça desportiva. É um exemplo que eu posso te passar.

APÊNDICE C – RESPOSTA DO ENTREVISTADO 2

Resposta 1 - A criação foi motivada pela necessidade de padronizar e especializar os policiais atuantes na função de P2, regulando seu credenciamento em agências de Inteligência. A iniciativa visava aprimorar a eficiência e a especialização no campo da Inteligência, promovendo maior segurança e eficácia.

Resposta 2 - Durante meu período de serviço, as principais responsabilidades do Serviço de Inteligência envolviam assessorar o Comandante da Unidade na produção de conhecimento. Isso incluía a coleta de dados relevantes de possíveis crimes iminentes provenientes de denúncias, outros policiais ou colaboradores, visando à produção de relatórios para o tomador de decisão. A atuação do serviço buscava proativamente identificar e neutralizar possíveis ameaças à segurança.

Resposta 3 - Na época, o Serviço de Inteligência contava com recursos diversos, incluindo pessoal especializado, armamento, viaturas descaracterizadas e equipamentos tecnológicos avançados para monitoramento de alvos. Além disso, havia acesso a sistemas com nível avançado e cooperação com outras forças integradas, proporcionando um conjunto de recursos variados para a realização das atividades.

Resposta 4 - Durante meu tempo de serviço, as instalações do Serviço de Inteligência passaram por melhorias ao longo dos anos. Houve investimentos em infraestrutura e equipamentos, incluindo avanços em tecnologia e aumento do efetivo. O desenvolvimento constante visava proporcionar condições mais adequadas para o desempenho das atividades de inteligência, acompanhando as demandas do cenário contemporâneo.

Resposta 5 - Durante o período em que estive no serviço de Inteligência, as atividades de policiamento mais frequentes eram o policiamento velado e a realização de ações de busca para obtenção de dados negados. O foco estava na antecipação e prevenção de situações de risco à segurança pública, demonstrando a abordagem proativa e estratégica do serviço.

APÊNDICE D – RESPOSTA DO ENTREVISTADO 3

Resposta 1 - O Serviço de Inteligência foi fundado após um caso de repercussão que aconteceu em 2017, em Goiânia, situação em que policiais foram acusados de um homicídio, e então percebeu-se a necessidade e importância de padronizar e especializar os policiais que atuavam na função de P2, bem como regular seu credenciamento em agências de Inteligência.

Resposta 2 - Assessorar o Comandante da Unidade no sentido de produzir conhecimento, ou seja, coletar dados relevantes de possíveis crimes iminentes provenientes de denúncias (190), outros policiais ou colaboradores para produção de relatório (conhecimento) e repasse ao chefe imediato para tomada de decisão.

Resposta 3 - Além dos policiais e armamento, viaturas descaracterizadas, equipamentos tecnológicos para monitoramento de alvo e acessos a sistemas com nível de acesso avançado e também sistemas de outras forças integradas.

Resposta 4 - O desenvolvimento deu-se com a melhora dos equipamentos, computadores e acessos concedidos por outras forças ligadas à segurança pública, assim como o aumento do efetivo empregado na função.

Resposta 5 - Policiamento velado e ações de busca para obtenção de dados negados.